



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

RODADA
Brasil **15**
CONCESSÕES DE PETRÓLEO E GÁS

CONSULTA PÚBLICA Nº 25/2017

Formulário de comentários e sugestões

FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 25/2017

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta do contrato	Alteração	24.1	Caso a Participação Especial seja devida para um Campo <u>em mar</u> em qualquer trimestre do ano calendário, o Concessionário será obrigado a realizar Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas áreas de interesse e temas relevantes para o setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em montante equivalente a 1% (um por cento) da receita bruta da produção para tal Campo.	<p>Em 2016, foram gerados R\$ 862 milhões em obrigações de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (P,D&I), sendo apenas 2,7% deste valor proveniente de concessões em terra. Destaca-se que a referida proposta não eximiria o Concessionário de campos terrestres a arcar com suas obrigações de Participação Especial.</p> <p>Diferentemente dos Concessionários em mar, os Concessionários terrestres necessitam pagar participação na produção a proprietários de terra em alíquota de 1% da receita bruta.</p> <p>No concernente à Participação Especial, em terra, os volumes mínimos de produção (Mm³oe) elegíveis ao pagamento da referida participação governamental (fato gerador) são substancialmente menores se comparados aos campos localizados em águas rasas ou profundas. Em título ilustrativo, no 1º ano de produção, a isenção em terra é até 450 Mm³oe; para águas rasas, 900 Mm³oe (+100%); e para águas profundas, 1.350 Mm³oe (+300%). Ou seja, as alíquotas vigentes já impactam mais os campos terrestres, o que pode agravar a sua</p>

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
				<p>comercialidade (art. 22 do Decreto nº 2.705/1998).</p> <p>Áreas terrestres atraem principalmente pequenos e médios operadores (operadores C), que são mais impactados pelos custos de consecução das atividades de P,D&I [considerando a estrutura da Participação Especial e a compensação única, aluguéis e servidão aos proprietários de terra]. A pesquisa exploratória e a adoção de novas tecnologias [previstas na Lei nº 9.478/1997] em bacias terrestres de nova fronteira já são estimuladas por iniciativa do próprio concessionário em suas Operações, uma vez que sua estrutura de custos precisa ser otimizada para garantir a rentabilidade do negócio – de menor escala que a marítima. No entanto, muitas dessas iniciativas exigem um alto grau de dedicação de equipe de suporte para enquadramento e alinhamento junto à ANP. Vale destacar que, em bacias de nova fronteira, o conhecimento geológico é menor e, consequentemente, o risco exploratório é maior, o que exige maiores investimentos em pesquisa e inovação do próprio concessionário para o sucesso da concessão.</p> <p>Para tanto, a sugestão visa somente à melhor aplicação dos recursos do Concessionário em terra, o que não significará o desestímulo às atividades de P,D&I em ativos terrestres.</p>